



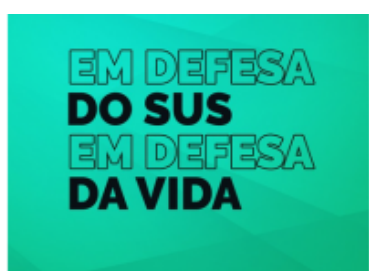
pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Em Cabo Delgado a vida tornou-se impossível

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta, da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por Teresa Cunha



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Com o SUS e sem Bolsonaro. Essa ameaça pela qual estamos todos passando tem um contraponto: a vontade de viver. Entrevista com Lucia Souto.

AN Original

Médica sanitária, doutora em Saúde Pública pela Fiocruz e presidenta do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Lucia Souto falou com exclusividade ao ALICE NEWS sobre as ausências e as emergências da(...)

Por Lucia Souto, Leonardo Almeida da Silva



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

A pandemia da privatização da previdência na América Latina

AN Original

Fonte: "Ato contra a reforma da Previdência em frente à agência do INSS em Caruaru (PE)/Foto: Bia Menezes" by Brasil de Fato is licensed under CC BY-NC-SA 2.0.

Por Sidney Jard da Silva



pt Reflexão Anti-Colonialismo Anti-Capitalismo

A Utopia como Movimento da Justiça.

AN Original

Na Idade Média havia uma oração que disputava o sentido da opressão pela fome. O bem dito dizia ?dai-me senhor uma boa digestão, mas dai-me senhor o que digerir? A sacra bricolagem é de autoria do (...)

Por Rafael dos Santos da Silva



es Reflexión Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

Nos salvamos todos, o nadie

AN Original

Imagine un naufragio donde, en una pequeña barca, un conjunto de desconocidos nos reconocemos frágiles, asustados y dependientes de las decisiones del colectivo. Nuestra primera reacción tal vez es abrazarnos como(...)

Por Lourdes Montero Justiniano



Em Cabo Delgado a vida tornou-se impossível

AN Original - Alice Comenta

2021-04-14

Por Teresa Cunha

Este artigo faz parte da série Alice Comenta, da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.



Foto: Marco Longari / AFP

Desde o início de Outubro de 2017 que a província de Cabo Delgado, no extremo norte de Moçambique, tem estado sob uma enorme tensão provocada por inúmeros episódios de violência que têm conduzido a uma enorme instabilidade social, ao medo generalizado por parte das populações, a um bloqueio informativo por parte das autoridades governamentais do país sobre o que se passa naquele território e a uma das maiores tragédias humanas actuais em África. Pelo menos 40% da população (700.000) está deslocada internamente sendo a maioria mulheres e crianças. Desconhece-se ainda o verdadeiro número de pessoas mortas que resultam quer da violência armada quer da fome e das doenças directamente provocadas por ela. Além disso os danos psico-sociais e espirituais são evidentes e sabe-se que poderão perdurar através das gerações.

Porém tem vindo a ser notório um enorme silêncio, nos meios de comunicação social e nas muitas pesquisas levadas a cabo por especialistas nacionais e estrangeiras/os sobre os conhecimentos que as mulheres têm sobre esta guerra que experienciam nas vilas, no mato, em casa, nos centros de acolhimento, todos os dias. Elas têm estado plenamente activas tanto na imaginação de alternativas quotidianas de vida como empreendem, elas mesmas análises sobre a guerra. A autora da análise que se apresenta em seguida, como é compreensível, não quer ser identificada. Os excertos da sua análise são parte de várias conversas tidas entre nós ao longo de Janeiro e Fevereiro deste ano e os subtítulos, da minha autoria, servem apenas para colocar em evidência a plena participação das mulheres em todos os processos de decisão são cruciais para por fim à violência, iniciar a reconstrução pós-bélica e construir uma paz verdadeira e duradoura.

Primeiro as pessoas fugiam, mas retornavam, fugiam e retornavam

No início parecia que os ataques perpetrados pelos diversos grupos de jovens, que começaram a ser

apelidados pelas populações de *Al Shabaab*, tinham como alvo as instituições das autoridades moçambicanas.

Quando iniciam os ataques procuraram usar a capa de que 'nós estamos com o povo e queremos vos libertar das opressões que do Estado, para que vocês possam efectivamente conseguir alcançar aquilo que vocês desejam'. Depois, a um dado momento, o governo conseguiu ganhar um pouco a simpatia da população e há um pouco de movimento da população no sentido de poder apoiar o governo e os insurgentes começam a perceber que: 'olha parece que estamos a perder terreno'. Então houve um ataque na própria vila de Mocímboa. Eles atacaram bancos, estabelecimentos comerciais e pegaram naquele dinheiro e foram distribuindo. Depois de terem realizado aqueles ataques sucessivos, começaram a motivar as primeiras deslocações das pessoas, mas de uma forma tímida porque o governo sempre procurou trazer um pouco este sentimento de que 'olha não é algo de grande dimensão, nós vamos controlar, voltem às vossas casas, vão trabalhar a machamba'. Entre 2017 e 2018 nós tivemos esta situação em que as pessoas fugiam, mas retornavam, fugiam e retornavam.

O medo que a guerra se instale e perdure torna-se real

Porém, as coisas começaram a mudar e instala-se, segundo ela uma segunda fase do conflito. Começam-se a multiplicar os ataques e a propaganda sobre as boas intenções dos insurgentes que suscitam apoios entre as populações que parecem não entender o alcance ideológico e político que lhes subjaz. Assiste-se à inacção do governo e à falta de capacidade de agir para terminar com a violência. As pessoas começam a fugir e a não voltar ou a demorar a voltar aos seus lugares de origem. O medo que a guerra se instale e perdure torna-se real:

Quando os insurgentes apercebem-se que afinal de contas estavam a perder o terreno, eles voltaram a desencadear ataques no sentido de afirmar: nós estamos convosco e o vosso inimigo é o governo. Então começam a fazer esses ataques, pegam aquele dinheiro distribuem na população e publicam alguns vídeos em que se veem eles com camiões cheios de produtos que foram retirados dos comerciantes locais e a população a aplaudir e a dizer em língua local que vocês são os nossos salvadores, vocês é que estão connosco, vocês é que cuidam de nós. Então mais uma vez a questão das desigualdades sociais a jogar um papel preponderante na forma como é que a população se coloca diante deste perigo. Eu penso que há aqui um pouco o sentimento de que a população não tinha a dimensão do que estava a acontecer e qual o perigo que isto representa para nós em Moçambique. Então foi uma expectativa de quase todos nós de que o governo saísse na televisão e dissesse olha, nós estamos a conseguir, houve um contra-ataque no distrito X, e que a situação está a normalizar-se. Mas depois dos ataques sucessivos alastraram-se para os outros distritos. Eu acho que de alguma forma isso explica estas saídas maciças da própria população: a população começa a perceber que não há essa protecção que se pretende transparecer que existe, nós estamos numa situação de perigo e que precisamos fazer alguma para podermos nos proteger.

Nós estamos a defender com sangue, com toda vida os que estão lá

A população começa a fugir e já não acredita no que os insurgentes dizem mas também são reveladas as várias formas como eles continuam a controlar muitas das pessoas e como montam as suas redes de informação entre as/os refugiadas. Começa-se a perceber que as teias da violência se reproduzem e geram vítimas e perpetradores todos os dias. Nesta **terceira fase** a desconfiança instala-se e generaliza-se.

A guerra de Cabo Delgado é um pouco complexa porque existem uma série de acções sucessivas que vão explicando de como é que isto acontece até se chegar aqui. Me recordo que em 2019 houve uma situação em que os insurgentes iam reunindo com a população, principalmente ao nível dos mercados e eles iam usando a religião islâmica de que Deus está convosco, Deus nos comunicou que vocês vão ser abençoados e quando chegar essa bênção vocês não devem negar. Quando eles decidiram apoiar as pessoas antes de desencadear a guerra foram dando dinheiro às pessoas e as pessoas foram investindo. Viu-se realmente ao nível da cidade a proliferação de lojas, de barracas, os mercados cheios, mas não num sentido de uma banquinha pequena, aquela de madeira, mas de banquinhas melhoradas de uma situação para outra. Mas depois começa a desencadear aquela fase em que diziam que o recrutamento já era compulsivo. Até aquelas pessoas que não tinham noção de porquê estavam a receber aquele dinheiro e quando começaram a fugir eram recrutados compulsivamente. Então é muito complexo, mas de alguma forma acho que a ideia é usar a fragilidade da população para poder satisfazer os seus objectivos. No fundo nós estamos a defender com sangue, com toda vida os que estão lá.

A vida tornou-se impossível é a afirmação última de que se precisa para compreender a dimensão da tragédia.

A vida nos distritos do norte da província tornou-se impossível o que tem tido como efeito a deslocação forçada de centenas de milhar de pessoas que procuram chegar a algumas sedes de distrito, onde parece ainda haver alguma segurança, à procura de refúgio e apoio alimentar. Os principais pontos de chegada destas populações até ao momento são: Ancuabe, Metuge, Montepuez e Mueda e a capital da província, Pemba.

Teresa Cunha é doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É investigadora sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra onde ensina em vários Cursos de Doutoramento; co-coordena a publicação 'Oficina do CES', os ciclos do Gender Workshop. Coordena a Escola da Inverno 'Ecologias Feministas de Saberes' e o Programa de Investigação Epistemologias do Sul. É professora-adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Coimbra e investigadora associada do CODESRIA e do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Em 2017, foi agraciada com a Ordem de Timor-Leste pelo Presidente da República Democrática de Timor-Leste. Os seus interesses de investigação são feminismos e pós-colonialismos; outras economias e economias feministas mulheres; transição pós-bélica, paz e memórias; direitos humanos das mulheres no espaço do Índico. Tem publicados vários livros e artigos científicos em diversos países e línguas dos quais se destacam: Women InPower Women. Outras Economias criadas e lideradas por mulheres do sul não-imperial; Never Trust Sindarela. Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor- Leste; Ensaio pela Democracia. Justiça, dignidade e bem-viver; Elas no Sul e no Norte; Vozes das Mulheres de Timor; Timor-Leste: Crónica da Observação da Coragem; Feto Timor Nain Hitu - Sete Mulheres de Timor»; Andar Por Outros Caminhos e Raízes da Participação.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licesed according to the source.

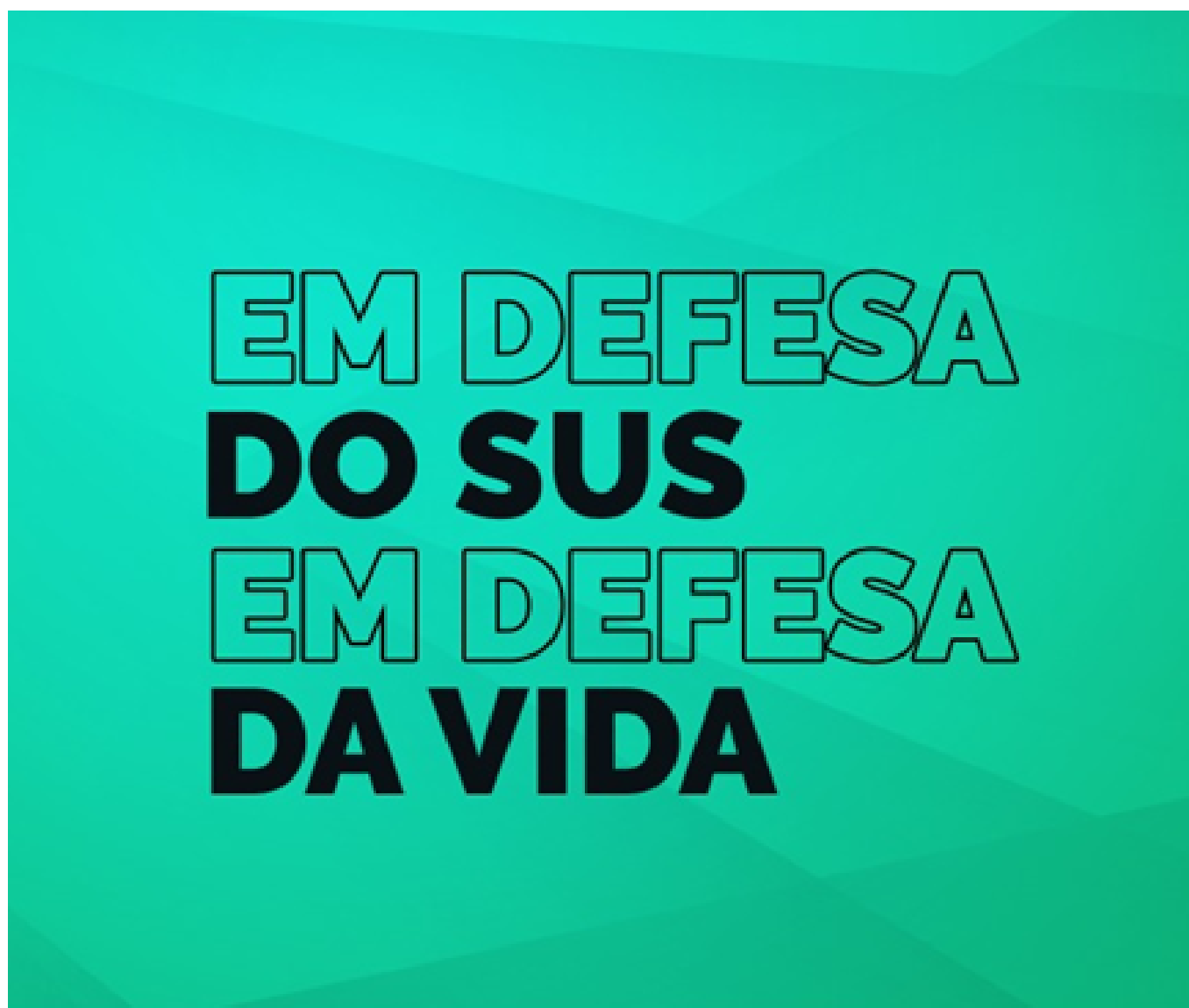
Com o SUS e sem Bolsonaro. Essa ameaça pela qual estamos todos passando tem um contraponto: a vontade de viver. Entrevista com Lucia Souto.

AN Original

2021-04-13

Por Lucia Souto, Leonardo Almeida da Silva

Médica sanitária, doutora em Saúde Pública pela Fiocruz e presidenta do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Lucia Souto falou com exclusividade ao ALICE NEWS sobre as ausências e as emergências da pandemia da Covid-19 no Brasil. Medidas sanitárias assertivas, fortalecimento do SUS e das políticas de bem-estar social e o impedimento de Bolsonaro foram o eixo da conversa. Confira a entrevista:



O BRASIL
PRECISA
DO SUS

A atual pandemia da Covid-19 é um acontecimento de dimensões globais, contudo no Brasil ela tem sido mais aprofundada, mais letal e mais contagiosa em vários aspectos. Na sua visão, quais são os ingredientes políticos que agravam esta conjuntura trágica colocada hoje para o nosso país?

De fato, esta pandemia, é um fenômeno global e muito complexo e que trouxe uma crise sem precedentes para todos os países ao redor do mundo. Além de ser uma crise sanitária é também econômica, política, cultural, ambiental, enfim, envolve todas as dimensões contidas em um fenômeno

complexo que é uma pandemia. Tendo passado mais de um ano do início desta pandemia – dado que os primeiros casos no mundo foram confirmados em dezembro de 2019 e aqui no Brasil entre janeiro e fevereiro de 2020 – ainda continua a gestão crítica dessa crise por parte do governo brasileiro.

Já está, inclusive, muito bem documentada uma aposta errática, mas ao mesmo tempo premeditada – há um importante trabalho da Professora e Pesquisadora Deisy Ventura da USP nesse sentido – que mostra atos, portarias e uma série de ações equivocadas do governo. E como era essa “estratégia” do governo? Deixar o vírus solto e contaminar toda a população de suscetíveis, para a partir desta infecção descontrolada de uma grande parcela da população se alcançar a barreira da imunidade coletiva, para a qual usam o termo “imunidade de rebanho”, contudo, nós da Saúde Pública preferimos o termo imunidade coletiva, que é o que ocorre quando um número muito significativo de pessoas já infectadas gera uma “barreira” para o vírus e para novas infecções. Entretanto, o que afirmo é que essa é uma estratégia completamente criminosa. Primeiramente porque, passado mais de um ano do início dessa suposta estratégia, está mais do que claro que isso não aconteceria, como de fato, não aconteceu, já que seria necessário milhões e milhões de mortes. Além disso, o que percebo é que essa estratégia não é simplesmente incompetência do governo brasileiro, mas sim um projeto.

Tudo que estamos passando hoje é consequência de um projeto que tem várias dimensões. Na dimensão sanitária, as consequências advêm dessa estratégia criminosa de se buscar atingir a imunidade coletiva. Uma outra dimensão deste projeto é o completo desfinanciamento do SUS. Apesar de no ano de 2020 ter sido aprovado o chamado *Orçamento de Guerra* que aportou para o SUS R\$ 40 bilhões, para esse ano de 2021 o Sistema Único de Saúde está com o orçamento que tinha em 2017. Então, a partir da EC 95/2016 o SUS vem sendo não apenas subfinanciado, mas desfinanciado e com isso já perdeu R\$ 22,5 bilhões desde 2018. E em 2021 o SUS perderá o que foi aportado para 2020, mesmo que ainda estejamos vivendo de maneira mais agravada tudo o que passamos no ano passado.

Então, além desta estratégia equivocada da busca pela imunidade coletiva, da qual Manaus é a maior prova deste desastre completo, dada a letalidade altíssima que o vírus alcançou, há uma estratégia que muitos países executaram e com êxito – ainda sem a perspectiva da vacina – que era o rastreamento e a busca ativa de casos, o que poderia ter sido feito pelo SUS através Estratégia de Saúde da Família detectando e isolando as pessoas infectadas e bloqueando a propagação do vírus no território, algo que cidades como Niterói/RJ e Araraquara/SP tentaram, de algum modo, realizar. Daí nós trataríamos desta pandemia a partir de uma perspectiva de Saúde Pública e não apenas em uma dimensão clínica individual – o que só faz crescer a demanda a ponto de colapsar o sistema de saúde, porque assim precisamos cada vez mais leitos de UTI's, hospitais etc. – contudo estas possibilidades já vinham sendo desestruturadas desde o fim do programa *Mais Médicos*.

O que afirmo que essa pandemia tem demonstrado, em termos gerais, é o fracasso de um projeto ultraneoliberal de sociedade. E o Brasil é uma demonstração ímpar disso, porque temos comprovadamente, a pior gestão da pandemia no mundo. Um indicador disso é o fato de termos 2,7% da população mundial e 30% dos óbitos neste momento, o que faz do Brasil um grande problema para si próprio, porque é como se o país fosse hoje um grande campo de concentração e de extermínio com uma mortandade em escala industrial. Mesmo nas UTI's nós temos no Brasil uma taxa de mortalidade muito maior do que em outros países e, como disse, tudo isso é fruto de uma estratégia equivocada. E nosso grande dilema é que agora não dá para agirmos mais como se a pandemia estivesse no início, porém se tivéssemos feito essa busca ativa de casos utilizando a Atenção Básica do SUS, é certo que a esmagadora maioria destas mortes teria sido evitadas.

Desde o início da pandemia vimos na grande mídia, nas lives e nos meios de comunicação em geral, médicos e especialistas apontando para alguns destes pontos que você destacou, como o equívoco que seria a busca pela “imunidade de rebanho” e a falta de testes que levou a essa ineficácia na detecção e na busca ativa de casos. Nesse sentido, por que não vimos na mesma proporção, além do alerta, ações institucionais de entidades médicas brasileiras?

As entidades médicas corporativas foram um desastre nessa pandemia. Neste sentido, precisamos separar as entidades corporativas, como o Conselho Federal de Medicina e vários Conselhos Regionais de Medicina, das entidades da Saúde Coletiva brasileira, como o CEBES, a ABRASCO, a Rede Unida, a Sociedade Brasileira de Bioética e mais inúmeras entidades e conselhos, como o Conselho Nacional de Saúde que tem médicos sanitaristas, infectologistas, epidemiologistas e que nunca se omitiram. Ainda em março do ano passado nós constituímos a Frente pela Vida e em maio realizamos uma marcha virtual a Brasília e fizemos um Manifesto que já colocava alguns eixos: primeiro, contextualizando que a pandemia era um momento crítico sem precedente que a humanidade estava vivendo; segundo, que seria necessário trabalhar baseado na ciência; terceiro, que era necessária a valorização do SUS porque esse seria o nosso principal instrumento de combate a essa pandemia; quarto, a compreensão da estreita relação dessa pandemia com a questão ambiental, porque já está documentado que tal qual o SARS e a MERS, não foi diferente com esse Coronavírus: estes são resultado da quebra de ecossistemas; e um quinto ponto que colocávamos neste manifesto era a democracia, porque sem participação e sem alinhamento entre sociedade civil e governos não seria possível fazer o enfrentamento adequado daquilo que já identificávamos que seria a maior crise sanitária da história.

Após isso lançamos o Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19, muito pormenorizado e que foi divulgado por todas as nossas redes e que também entregamos ao Congresso Nacional em uma Audiência Pública com a Comissão Externa da Covid-19 da Câmara e do Senado e o entregamos também para o Ministério da Saúde, o qual foi recebido pela sua Secretaria Executiva, mas que nada manifestou a respeito desse Plano. No dia 15 de dezembro de 2020 lançamos uma campanha chamada *O Brasil precisa do SUS*, porque no dia 16/12 seria votado o Orçamento de 2021 e já sabíamos que aquele processo de desfinanciamento do SUS seria retomado. Essa foi a primeira vez que sentimos que o SUS havia ganho a confiança da população brasileira: nós vimos como o SUS estava se tornando um

instrumento crítico de luta por um projeto de bem-estar da sociedade brasileira. O SUS era a síntese da importância da presença do Estado na vida e no dia-a-dia da população brasileira.

A esta altura já trabalhávamos com a possibilidade da vacina que, registre-se, foi um dos trabalhos mais impressionantes da ciência global com a colaboração de inúmeros institutos de pesquisa do mundo inteiro para desenvolver imunizantes em tempo recorde para essa pandemia. Aqui no Brasil, Fiocruz e Butantan, que são instituições centenárias, desde junho de 2020 já estavam trabalhando com levantamentos e busca pela vacina. Sem essas duas instituições não teríamos vacinação no Brasil hoje pela Astrazeneca nem pela Coronavac. Tudo isso mostra o potencial enorme que o Brasil tinha e tem para o enfrentamento desta pandemia.

De um modo geral eu diria que os profissionais de saúde em sua esmagadora maioria estavam na Frente pela Vida. Mas em contraste a isso os segmentos de uma elite médica muito pressionada pela indústria farmacêutica, mas não só, pois aí entra um outro componente premeditado deste governo que era questão do “kit-Covid” que inventaram: Cloroquina, Ivermectina e outros medicamentos que a OMS, além de vários estudos, já haviam alertado e indicado que não tem efeito comprovado. Mesmo assim, aqui no Brasil o presidente da república virou um garoto-propaganda da Cloroquina, o que é uma expressão do negacionismo levado ao extremo. E aqui sim, é importante dizer: fez isso referendado pelo Conselho Federal de Medicina que usou um argumento falacioso de dizer que *o médico tem a liberdade de fazer a receita que bem quiser*, o que não é verdadeiro, dado que o médico não pode receitar aquilo que não tem comprovação científica. Isso não é medicina: isso é charlatanismo.

Tudo isso gerou uma grande confusão na população brasileira. Essa semana Bolsonaro foi à cidade de Chapecó/SC, onde foi feito um lockdown rigoroso e que diminuiu o número de casos de forma bastante expressiva. Contudo, como o prefeito é bolsonarista, o presidente foi lá para dizer que este impacto positivo teria sido fruto do tal “kit-Covid” e não do distanciamento social. Ou seja, mais de um ano depois e Bolsonaro ainda insiste com este kit-Covid que não tem eficiência alguma e com o país batendo tristes recordes diários com mais de 4 mil mortes e um total de mais de 320 mil óbitos que poderiam estar sendo evitados com medidas corretas.

Entretanto, os profissionais médicos que tem apoiado este comportamento precisarão ser responsabilizados, pois já há casos comprovados de pessoas na fila para transplante de fígado, dado o uso abusivo da Ivermectina que tem uma toxicidade muito elevada.

Além disso, o governo Bolsonaro desdenha da vacina desde o ano passado e se associou de modo subalterno à narrativa do então presidente Trump dos Estados Unidos, o que fez com que o Brasil se afastasse de organismos multilaterais que estavam desenvolvendo um consórcio global para vacinas, o Covax Facility, que distribuiria vacinas conforme a necessidade de cada país. Essa foi uma outra frente em que também fracassamos, porque a corrida pela vacina é muito grande, já que até a Europa está tendo problemas com a velocidade da vacinação.

Então, esta situação do Brasil é um projeto. Ela foi construída. E nem o Brasil e nem outros países sairão da situação colocada pela pandemia sem um poderoso apoio econômico às suas sociedades, aos seus cidadãos, que é o que os países do centro do capitalismo estão fazendo, como é o caso dos Estados Unidos. Nós defendemos um Auxílio de, pelo menos, R\$600,00 até o fim da pandemia, só que agora foi aprovado um Auxílio Emergencial que vai de R\$150,00 a R\$350,00 e isso não vai ser suficiente, porque o Brasil já voltou para o Mapa da Fome e os indicadores sociais todos regrediram. Este governo não deixa o SUS trabalhar na sua dimensão específica, porque amarra, impede toda a inteligência médica sanitária e epidemiológica que nós temos no país. Além disso, dificulta ao máximo a possibilidade de as pessoas fazerem o distanciamento social ou o lockdown por conta das medidas de proteção social que não são efetivadas. Exemplos de países como o Vietnã, a Nova Zelândia, a Alemanha e muitos outros tiveram sucesso com o balanceamento entre esse dispositivos: o lockdown e a ampliação da capacidade de vacinação. Deste modo, vários países estão conseguindo atravessar essa crise, ao passo que o Brasil, por outro lado, tem a pior gestão do mundo na pandemia, porque erramos na dimensão sanitária e a visão neoliberal do governo não quer e não permite pacificar a sociedade brasileira.

A Frente pela Vida tem diálogo com o Fórum Nacional de Governadores e estamos todo o tempo propondo medidas. Uma delas é uma coordenação nacional com técnicos, com cientistas, com médicos, com representantes políticos para termos uma otimização de todas as medidas e para fazer aquilo que é a alma do SUS: agir através do pacto federativo em uma cooperação entre o governo federal e governos estaduais e municipais, porque o que temos hoje são medidas sem coordenação e sem alinhamento implementadas sem orientação de um critério maior, por parte de cada prefeito, de cada governante. E esse é o pior cenário que nós poderíamos ter.



Registro do lockdown na cidade paulista de Araraquara durante o mês de março de 2021.

Conforme o calendário eleitoral brasileiro, um próximo governo federal só se inicia em janeiro de 2023. Em termos da dimensão política interna, podemos sair desse quadro com o atual governo, através da ação dos outros poderes e entes federados? Se estamos neste quadro caótico por conta das ações ou da falta de ações do governo federal, existe saída para essa crise sem o impeachment? Além disso, você acha que podemos vislumbrar nos próximos meses pressões externas sobre essa letargia do governo brasileiro?

Eu vejo uma grande movimentação na sociedade brasileira, porque toda essa situação catastrófica não é impune, porque todos estão percebendo que estamos em uma situação crítica que irá se agravar ainda mais. Infelizmente vamos ter um número ainda maior de mortes e de casos no mês de abril, enfim, há uma escalada na catástrofe sanitária.

Na questão interna há algumas variáveis que precisamos observar. E uma delas é o “efeito Lula”, pois desde o dia em que houve a possibilidade de ele recuperar seus direitos políticos e o discurso que fez posteriormente no dia 10 de março chacoalhou o tabuleiro político de maneira significativa. E como um grande estadista reconhecido mundialmente ele já fez também sinalizações externas – dado que o país não tem hoje um presidente, mas um genocida à frente do Brasil – então as pessoas começaram a perceber que há oposição, que há possibilidades. Me foi relatado que jornalistas jovens presentes no Sindicato dos Metalúrgicos no discurso do dia 10 de março se emocionaram com o discurso de Lula porque não o conheciam da época em que foi presidente, até porque o Lula foi *cancelado* da vida pública brasileira. E, deste modo, entendo que esse *cancelamento* nos conduziu a essa situação, de modo que este retorno dele já chacoalhou o tabuleiro.

Eu penso que essa ameaça pela qual estamos todos passando tem um contraponto: a vontade de viver. Prova disso é que nós ganhamos a *guerra pela vacina*, porque hoje a esmagadora maioria da população quer se vacinar, a nossa grande aspiração como sociedade hoje é vacinar, vacinar e vacinar. E é muito emocionante vermos milhões de pessoas se vacinando com um papelzinho na mão e dizendo “Viva o SUS!” Então essa emoção que toma conta de cada um quando é vacinado demonstra que as pessoas estão dispostas a viver em paz. O Brasil quer ser pacificado, nossa sociedade não aguenta mais tanto ódio.

Então há internamente esse conjunto de sentimentos: o de que devemos ter uma agenda de pacificação, uma agenda de enfrentamento da pandemia, de ter uma agenda de cuidados, uma agenda de bem-estar social. Tudo isso internamente, porque externamente hoje o Brasil é literalmente uma ameaça global, porque à medida que essa pandemia fica mais descontrolada há uma probabilidade imensa de se desenvolver aqui novas cepas que podem vir a driblar a vacina. Por bem, até agora isso não aconteceu, porque as vacinas que temos tem se mostrado eficazes. Porém, todos os que acompanham, como a Organização Mundial da Saúde, sabem que esse risco é muito grande. Então já há algum tipo de pressão externa nesse sentido. O Anthony Fauci, que é uma referência da epidemiologia e da saúde pública norte-americana afirmou que o Brasil precisa entrar em lockdown. Já há também manifestos de empresários e de economistas do campo da centro-direita colocando a necessidade do lockdown, como a Monica de Bolle e outros que são porta-vozes do chamado “mercado” e a própria OMS que está oferecendo técnicos para comandar a gestão da pandemia no Brasil.

Então, esses movimentos, tanto internos, quanto externos, tendem a crescer a meu ver. Particularmente não vejo a menor chance de termos o enfrentamento à altura da magnitude do problema com Bolsonaro. Nós temos que apoiar a CPI da Saúde e o impeachment. É preciso um movimento pelo impedimento de Bolsonaro, porque ele é um genocida, um criminoso. São inúmeros os crimes de responsabilidade que ele já cometeu. Nós, da Frente pela Vida, entraremos com uma Ação, junto com outras entidades, no STF, pedindo um lockdown de 21 dias com uma argumentação muito densa e fundamentada e também temos reunião com o presidente do Senado esta semana, o que significa que a sociedade civil está se movimentando. Enfim, vejo que tanto a sociedade civil quanto parte da classe política estão se movimentando e o “fator” ou o “efeito” Lula foi decisivo pra isso, tanto internamente quanto internacionalmente e não vejo perspectiva para enfrentarmos essa escalada da doença com Bolsonaro no comando.

Leonardo Almeida da Silva é Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense e Professor na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT-Cáceres). Membro do Conselho Editorial Alice News (Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra).



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

A pandemia da privatização da previdência na América Latina

AN Original

2021-04-04

Por Sidney Jard da Silva



Fonte: "Ato contra a reforma da Previdência em frente à agência do INSS em Caruaru (PE)/Foto: Bia Menezes" by Brasil de Fato is licensed under CC BY-NC-SA 2.0.

Em 20 de fevereiro de 2019, o presidente recém-eleito Jair Messias Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional um ambicioso projeto de reforma do sistema previdenciário brasileiro. Entre as suas principais propostas estava a criação de um regime privado de capitalização paralelo ao regime público de repartição. A investida neoliberal bolsonarista foi bem sucedida na aprovação de mudanças paramétricas que tornaram mais difícil o acesso dos trabalhadores brasileiros aos benefícios da previdência social, mas diante da pressão contrária dos movimentos sociais, dos sindicatos e dos parlamentares da oposição foi derrotada no seu intuito principal: a privatização do sistema previdenciário.

Inconformado com a derrota, e insensível a tragédia humanitária que já ceifou a vida de milhares de idosos brasileiros, Paulo Guedes, o ultraliberal ministro da Economia do Brasil, mais uma vez, anuncia a privatização da previdência social como uma das principais medidas para a superação da catastrófica crise econômica e social que assola o país. O presente texto tem como objetivo fazer um balanço crítico da privatização da previdência social na América Latina e chamar atenção para os riscos associados à essa nova investida do governo Bolsonaro contra o maior sistema público de repartição solidário do continente latino-americano.

Uma publicação recente da [Organização Internacional do Trabalho \(OIT\)](#) atesta o fracasso da privatização da previdência social no mundo. A maioria das expectativas otimistas em relação à reforma previdenciária não se concretizou, muito pelo contrário, os países que privatizaram seus sistemas nos anos 1980 e 1990 reduziram drasticamente a proteção social dos trabalhadores e empurraram milhões de idosos para a pobreza.

De acordo com o relatório produzido pela OIT, entre 1981 e 2014, trinta países privatizaram total ou parcialmente seus sistemas de previdência social. A América Latina foi pioneira neste processo: Chile (1991), Peru (1993), Argentina (1994), Colômbia (1994), Uruguai (1996), Bolívia (1997), México (1997), Venezuela (1997), El Salvador (1998), Nicarágua (2000), Costa Rica (2001), Equador (2001), República Dominicana (2003) e Panamá (2008). O Brasil foi a única grande economia latino-americana a não se aventurar, até então, pelos tortuosos caminhos da capitalização individual do sistema previdenciário.

Neste mesmo período, a média de cobertura em nove países latino-americanos que realizaram reformas estruturais dos seus sistemas previdenciários caiu de 38% para 27%. Na Argentina e no México, as taxas de cobertura declinaram 11% e 7%, respectivamente; enquanto no Uruguai, na Colômbia e na Bolívia permaneceram estagnadas desde a privatização dos seus respectivos sistemas de repartição solidária. Ainda segundo o relatório da OIT, a taxa de reposição dos benefícios previdenciários também declinou. Na Bolívia, “as pensões privadas correspondem em média a apenas 20% do salário médio durante a vida ativa do trabalhador”; enquanto no Chile “a mediana das taxas de substituição futuras é de 15% e apenas 3,8% para os trabalhadores de baixa renda”.

Neste ponto, cumpre observar que se de um lado houve uma propensão de reduzir a cobertura e o valor dos benefícios previdenciários; de outro, houve uma tendência de transferir para os indivíduos os riscos da capitalização privada. Na Argentina, a crise financeira de 2001 reduziu em 44% os recursos acumulados nos fundos de pensão. A crise financeira internacional de 2008, por sua vez, fez os recursos previdenciários acumulados pelos trabalhadores chilenos encolherem em 60%. No Peru, metade dos ativos dos fundos de pensão foi corroída pela mesma crise.

Vários outros aspectos negativos dos sistemas privados de capitalização individual são elencados pelo relatório da OIT, entre os mais relevantes destacam-se: I) aumento da desigualdade de gênero; II) custos administrativos extorsivos; III) captura das agências reguladoras pelos grupos financeiros; IV) incremento da dívida pública; V) eliminação da participação social na gestão dos regimes previdenciários.

Considerando o conjunto de informações e dados acumulados desde a pioneira experiência chilena dos anos 1980, a OIT é categórica em afirmar que o experimento da privatização da previdência social fracassou: “Após algumas décadas de implementação problemática, muitos países começaram a reformar seus sistemas de previdência. Porque a privatização da previdência não atendeu às expectativas, mas gerou frustrações”.

Diante do trágico fracasso que jogou milhões de idosos na pobreza, dezoito países já reverteram total ou parcialmente a privatização dos seus sistemas previdenciários. Entre eles, cinco da América Latina: Venezuela (2000), Equador (2002), Nicarágua (2005), Argentina (2008) e Bolívia (2009). Neste mesmo período, conforme registra Carmelo Mesa-Lago, uma das principais autoridades no assunto, República Dominicana, Panamá e Peru também tentaram voltar para o sistema público de repartição, mas não foram bem-sucedidos na aprovação legislativa da “re-reforma” dos seus sistemas previdenciários.

O processo reformista latino-americano deixa importantes lições para estudiosos e gestores de políticas públicas no mundo. A mais relevante é o aprendizado de que a crise previdenciária não pode ser solucionada com a mera mudança do modelo de financiamento do sistema, isto é, com a substituição de um regime público de repartição por um regime privado de capitalização.

Contudo, não obstante as robustas evidências do fracasso da privatização da previdência social na América Latina, setores importantes da elite econômica, política e intelectual brasileira, entre estes últimos midiáticos acadêmicos à serviço do mercado, insistem em apresentar o regime de capitalização como uma grande inovação institucional capaz de promover o equilíbrio financeiro das contas públicas e a retomada do crescimento econômico.

Vivemos hoje no Brasil, em pleno século XXI, um obscuro período de prevalência de “mitos políticos” e de “decisões irracionais”. Não por acaso, contrapondo-se às evidências aqui relatadas, a privatização do sistema previdenciário ainda é uma das principais agendas do governo brasileiro, desprezando ensinamentos conceituais e pesquisas empíricas sobre a malograda experiência dos regimes de capitalização na América Latina.

Não bastasse o vergonhoso anticientificismo no combate à COVID-19, a terra também é plana nos cálculos atuariais da burocracia civil-militar que comanda o país.



Sidney Jard da Silva é Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (CECS/UFABC). Doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), com doutorado sanduíche no Departamento de Ciência Política do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC).



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

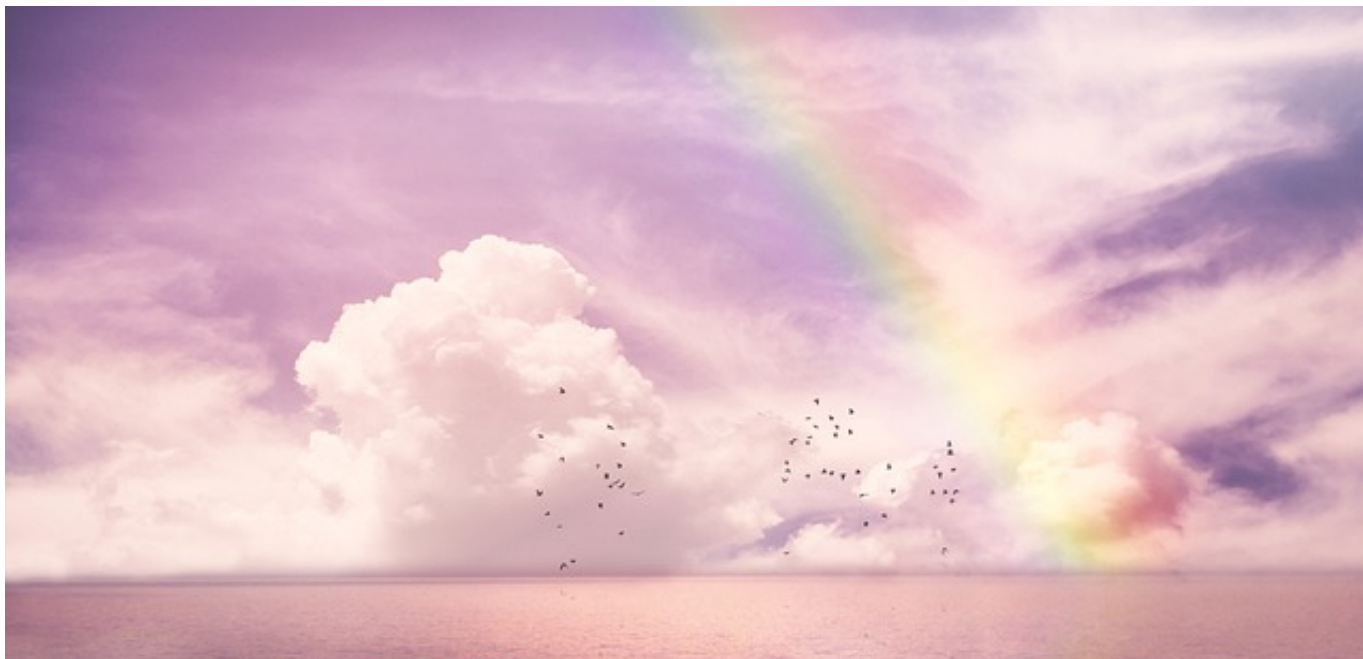


A Utopia como Movimento da Justiça.

AN Original

2021-04-01

Por Rafael dos Santos da Silva



Na Idade Média havia uma oração que disputava o sentido da opressão pela fome. O bem dito dizia “dai-me senhor uma boa digestão, mas dai-me senhor o que digerir” A sacra bricolagem é de autoria do diplomata inglês Tomás Mouro, que mais tarde viria a ser canonizada pela Igreja Romana. A inteligência perspicaz de Tomás compunha uma dupla orientação: de um lado a súplica divina; e de outro, a crítica política. Quis o autor, denunciar o sistema político ao induzir que toda boa digestão, deveria prescindir a algo a que digerir. Contam nos mosteiros, que a primeira vez que a palavra “senhor” é utilizada, o autor se dirige realmente aos céus, mas a segunda vez, é um claro direcionamento político, e o “senhor” aqui é o soberano, responsável por saciar a fome do seu povo. Sabia o diplomata que toda utopia deveria ser acompanhada por uma boa dose de justiça.

A condição de diplomata impedira Tomás Mouro se posicionar politicamente, e para compor a sua obra UTOPIA, deu voz a um heterônimo - o navegador português Rafael Hitlodeu - que narraria o tumultuado contexto social da época. O autor denunciaria a expulsão dos camponeses para as cidades, as explorações e espoliações, bem como as tramas marcadas por “transformar juízes em carrascos”. Para ele as usurpações políticas, misturadas a ganância de poder, quando somadas as perseguições religiosas que estabeleciam um crescente abismo social.

Foi nesse cenário que Tomás Mouro defendeu a tese de que outro lugar além de urgente, era necessário. O renascentista resgatava a palavra utopia, mas alertava que se lida abertamente a partir do grego, poderia provocar uma sensação de “não-lugar.” Com sua habilidade peculiar, o literário integrou a palavra ao latim dando-lhe o sentido semântico de “lugar ideal.” Tal compreensão, inaugura novos debates públicos fazendo-nos enxergar que o lugar ideal era diferente daquele denunciado por Rafael Hitlodeu. Aquela sociedade retirou uma venda dos olhos, pondo-se em movimento rumo a “utopia”, unindo as pessoas em seus projetos de lugar ideal.

Desta forma, se a boa digestão pressupunha a ingestão de alimento, a noção de utopia, enquanto movimento ao lugar ideal, nos induz à existência de justiça.

Essa narrativa nos ajudou a viajar no tempo. Consta que Tomás Mouro mandou seu navegador português viajar para o futuro e aportar no Brasil. O comando previa à escrita de uma carta. Rafael Hitlodeu embarcou na sua nau, atravessou o atlântico e aportou na América Latina em 2021. Tempos depois, enviou uma carta a seu patrono cujo o conteúdo transcrevo:

“Caro Tomás Mouro, aportei no Brasil e rapidamente senti falta de duas coisas: UTOPIA E JUSTIÇA. Explico! O Brasil é governado por um grupo miliciano – termo novo para designar bandidagem. E, está ancorado numa elite econômica tacanha. É sustentada por políticos que se especializam em rapinagem. Esses grupos, sempre se dispõem às tramas escusas pautados em projetos privados. Tais projetos são orgânicos, porque sistemáticos; cruéis, porque covardes, e incontroláveis, porque absolutistas. Como já havíamos denunciado na Idade Média, é produzido por ladrões que se especializaram em saquear. Encontram em boa parte do judiciário uma venenosa cegueira; sua realeza se estabelece por táticas de guerra, e o povo oprimido mantém o baronato com requintes palacianos. Igualmente, ainda há aqui,

perseguições praticadas por fundamentalistas. Em nome de Deus, continua-se a se explorar e se matar. A ganância financeira impõe a grande maioria uma situação degradante de fome e opressão. Esquemas de corrupção são denunciados diariamente. Já não é novidade entre a classe política, e não assusta mais a sociedade. Ao contrário é esperado. A elite continua a ter seus remendos. Agora são chamados de cidadão de bem. Recentemente foram a porta de um hospital impedir um procedimento médico de aborto em uma criança de 10 anos de idade - vítima de um estupro doméstico. Mas, não demonstraram nenhuma sensibilidade com crianças a pedir alimento no cruzamento desse mesmo lugar. Transformaram o Brasil, em um local horrível com mais de 8 milhões de pessoas em situação de fome, e mais de 50 milhões expostas a alguma situação de pobreza. Conta que o desemprego atinge 14 milhões de pessoas e mais de 6 milhões perderam a esperança de procurar trabalho. Há um genocídio das comunidades indígenas e tradicionais. As florestas são entregues ao pasto e a carne enviada para a Europa consumir. As mulheres parecem entregues a condenação eterna. Hoje, elas representam a população mais afetada por aquilo que eles aqui chamam de desigualdade social. Assim como na idade média, uma grande pandemia se estabeleceu sobre o País. A partir de estatísticas comparativas, especialistas atestam que cerca de 70 mil pessoas poderiam ter morrido vítimas da Covid-19, mas enquanto escrevo-te, já são quase 300 mil, e a expectativa é de chegar a 600 mil pessoas. Graças a evolução da ciência, já existem vacinas, mas seus déspotas nem vacinam, nem deixam vacinar. Como os absolutistas, fizeram do vírus uma estratégia política. O grupo político opta pelo negacionismo como estratégia, estabelece o medo como método, e a produção da pobreza ganha aspectos de tática institucional. Quem se opõe a esse projeto é sentenciado: inimigo do rei. Foi o que aconteceu com o professor Pedro Hallal publicamente intimidado por expor seu posicionamento científico em tom crítico ao presidente. Há três anos, silenciaram uma ativista dos direitos humanos - seu nome, Marielle Franco. Antes, haviam tramado um grande circo sob a pecha de prender corruptos. Deram um nome popular de Lava Jato para ganhar a opinião pública. Mas, distorceram os fatos, arranjaram provas, ressuscitaram um mecanismo arcaicos que chamaram de “delação premiada” em que alguém acusa um terceiro, que por sua vez se obriga a provar sua inocência. E o juiz? Virou político, e depois sócio das empresas que ele investigava. Enfim, é difícil de explicar, porque é difícil de entender. Estou convencido estar diante de uma verdadeira manobra política com ares de legalidade. Como se não bastasse, muitos dos cidadãos comuns tem sido denunciados as cortes espúrias, julgados e sentenciados à revelia nos tribunais das redes sociais. Há um fórum que eles chamam de “gabinete do ódio” cuja sede, fica no terceiro andar de um palácio no planalto central da capital do país. Ninguém ver seus membros, mas sabe-se que são havidos pelo poder e são capazes de qualquer coisa; repito, qualquer coisa, para manter o que eles chamam aqui de “presidente.” O que facilmente chamaríamos de clã. Presidente, pressupõe república, isso não é o caso. A ideia de clã remete aos feudos medievais, o que me parece mais apropriado. Mon seigneur, o ambiente no Brasil me faz lembrar o cenário medieval que te levou a resgatar a ideia de utopia. Lembro-me que outra vez, tu deste um nó na mente da realeza para esconder numa singela oração, com um apelo político e com força mobilizadora. Isso restaurou nas multidões a possibilidade de sonhar com outro lugar. E mais... devolveu o desejo de justiça movido pela busca, senão do lugar ideal, ao menos do lugar longe da opressão, do escarnio e do medo. É disso que essa gente precisa, porque bem sabemos que a utopia só é realizável se for movida pelo desejo de justiça.”

Rafael

de Hitlodeu. Brazil – Século, XXI.



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

UNIVERSIDADE DE
COIMBRA - ARTE E OFÍCIO
Inscrita no Livro do Património
Municipal em 2010



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Nos salvamos todos, o nadie

AN Original

2021-03-26

Por Lourdes Montero Justiniano



Imagine un naufragio donde, en una pequeña barca, un conjunto de desconocidos nos reconocemos frágiles, asustados y dependientes de las decisiones del colectivo. Nuestra primera reacción tal vez es abrazarnos como sobrevivientes de una enorme tormenta que se cobró la vida de al menos uno de nuestros seres queridos; y luego, con premura y recurriendo a todas nuestras fuerzas, nos empeñamos juntos en alcanzar la orilla. Hoy, nuestra ribera, es lograr la inmunidad colectiva en todos los países.

Hace un año exactamente el mundo se descubrió en esa pequeña barca al enfrentar la primera pandemia del siglo XXI. Y es que el COVID-19, de un empellón, nos confrontó con la pertenencia común de un todo llamado humanidad. Mientras todavía buscábamos aferrarnos al mito moderno de la autonomía de Robinson Crusoe, Paolo Giordano nos soltaba en la cara: “en tiempos de contagio, somos un solo organismo, una sola comunidad”. Por ello, nuestro sentido común hoy nos demanda: o nos vacunamos todos o aquí nadie se salva.

Pero la maquinaria del privilegio y la exclusión ya comenzó a funcionar. Las naciones más ricas, buscando disminuir su vulnerabilidad, han comprado suficientes dosis para vacunar a toda su población casi tres veces más de lo necesario. Según denuncia la ONU, 10 países han acaparado el 75% de la producción de vacunas. Canadá encabeza la clasificación con suficientes dosis para vacunar a cada canadiense cinco veces. Los países ricos, que representan apenas el 16% de la población mundial, han adquirido el 60% de todas las vacunas. Debido a que la capacidad de fabricación global es limitada, esto deja menos dosis para todos los demás. Como resultado, se estima que el 90% de los habitantes de 70 países de bajos ingresos tendrán pocas posibilidades de vacunarse contra el COVID-19 incluso en 2022.

Sin embargo, esta es una carrera en la cual no gana el primero en llegar, ya que los expertos temen que, de continuar como va el actual sistema de distribución, el virus podría seguir propagándose y mutando, aumentando el riesgo de que la lista de vacunas no cubra eficazmente nuevas cepas. Así, como en la peor de sus pesadillas, los países que tienen mayores recursos no podrán poner a salvo a su población si no comparten las dosis que han acaparado con sus vecinos menos favorecidos. Como sostuvo António Guterres, secretario general de la Organización de Naciones Unidas (ONU), “debemos asegurarnos de que todos, en todas partes, puedan ser vacunados lo antes posible”.

En este esfuerzo global es indudable que el Covax es necesario, pero insuficiente. Se trata de un acuerdo de 190 países para garantizar la producción y el acceso equitativo a una vacuna. El mecanismo ya ha asegurado la provisión de 2.000 millones de dosis para su uso en todo el mundo, con lo que asegura la cobertura de 20% de la población. Si bien se trata de un avance fundamental en la solución, los países pobres seguirán enfrentando brechas masivas de un 40 a 50% de su población para alcanzar la inmunidad colectiva.

Así, Noruega ya ha comprendido que la colaboración es necesaria para su autoconservación y ha declarado que donará dosis en paralelo con el lanzamiento de su propia campaña de inmunización. Científicos especialistas en pandemias sostienen que los líderes de los países ricos deben comenzar a donar dosis a los países más pobres sin dejar de vacunar a sus propias poblaciones. Las proyecciones recientes demuestran que de no hacerlo probablemente devastará las economías y creará una situación en la que nunca estaremos libres del virus.

Es evidente que todos los países del mundo deben tener acceso a las vacunas, y para que funcione la inmunidad colectiva deben hacerlo al mismo tiempo. Sin duda, los líderes de los países ricos deben entender que nadie está a salvo hasta que todos alcancemos la otra orilla.

Lourdes Montero es cientista social boliviana.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alameda da
Liberdade
Inscrita no Livro do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.